

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 37/2012**

Período: 13/10/2012 – 19/10/2012

GEDES – Brasil

- 1- Rio de Janeiro sediou encontro sobre a história militar
- 2- Câmara dos Deputados aprovou verba para Ministério da Defesa
- 3- ONU aprovou extensão de missão de paz no Haiti e redução dos soldados
- 4- Encontro entre Rousseff e Holland tem como pauta a compra de caças
- 5- Fortificações do Exército receberão lunetas para incentivar visitas turísticas
- 6- Com auxílio das Forças Armadas, polícia ocupa favelas na zona norte do Rio de Janeiro
- 7- EMBRAER aposta em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia para ganhar mercado de Defesa
- 8- Comissão da Verdade recomenda que sedes de órgãos de repressão sejam transformadas em memoriais
- 9- Documentos apontam a participação do coronel Ustra em sequestro de ex-marinheiro e militante da esquerda
- 10- Comissões pedem a revisão do processo de demissão de professora da USP, desaparecida durante regime militar
- 11- Ex-ministro critica a interpretação da Lei da Anistia
- 12- Tese do domínio do fato, utilizada no julgamento do caso do mensalão, pode ser aplicada a militares acusados de violações de direitos humanos no regime militar

1- Rio de Janeiro sediou encontro sobre a história militar

Conforme noticiado pelo periódico *Correio Braziliense*, uma parceria entre o Arquivo Histórico do Exército e o Arquivo Histórico Nacional promoveu um encontro sobre história militar na cidade do Rio de Janeiro, em 02/10/12. O evento, nomeado “Um Passo da Pátria a Fornovo: as duas grandes guerras do Brasil”, exibiu os acervos originais da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e da Campanha da Tríplice Aliança. (*Correio Braziliense* – 13/10/12)

2- Câmara dos Deputados aprovou verba para Ministério da Defesa

Segundo publicado pelo jornal *Correio Braziliense*, a Câmara dos Deputados aprovou um total de R\$ 1,5 bilhão destinado ao Ministério da Defesa. A verba será usada para o reaparelhamento do arsenal bélico e veículos de emprego militar. (*Correio Braziliense* – 13/10/12)

3- ONU aprovou extensão de missão de paz no Haiti e redução dos soldados

Conforme publicado pelo periódico *O Estado de S. Paulo*, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou, no dia 12/10/12, a extensão da Missão de Estabilização no Haiti (Minustah) por mais um ano. Determinou-se ainda a redução de 15% do número de integrantes da força de paz, diminuindo o número de soldados de 10.000, dos quais 2.000 são

brasileiros, para 8.871 homens. A retirada será gradual e deve ser concluída em julho de 2013. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 14/10/12)

4- Encontro entre Rousseff e Holland tem como pauta a compra de caças

Conforme noticiado pelo jornal *Correio Braziliense* no dia 04/10/12, o encontro da presidenta da República, Dilma Rousseff, com o presidente francês, François Holland, prevê como pauta a aquisição de caças destinados à Força Aérea Brasileira. O avião francês Rafale, fabricado pela empresa Dassault, concorre com os modelos norte-americano da Boeing e da empresa sueca Saab. O jornal afirmou que a perspectiva é de que o Brasil anuncie a escolha do caça para fechar negócio no ano de 2013. (*Correio Braziliense* – 14/10/12)

5- Fortificações do Exército receberão lunetas para incentivar visitas turísticas

Segundo publicação do periódico *O Estado de S. Paulo*, lunetas de observação serão instaladas em cinco fortes do Exército da cidade do Rio de Janeiro, permitindo aos turistas uma visão panorâmica tanto da arquitetura militar, como da paisagem. O idealizador do projeto foi o coronel Joel Francisco Correia, que espera que a nova atração amplie a visitação aos fortes, conforme afirmou: "As lunetas vão incentivar e proporcionar aos visitantes de um forte conhecer e visitar os demais, integrando os fortes e fortalezas ao imaginário do povo brasileiro". O visitante deve pagar R\$ 1,00 para poder utilizar a luneta e receberá também informações sobre as fortificações, sua história e sua arquitetura. (O Estado de S. Paulo – Metrôpole – 14/10/12)

6- Com auxílio das Forças Armadas, polícia ocupa favelas na zona norte do Rio de Janeiro

Conforme noticiado pelos jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, uma força composta por dois mil homens das polícias militar, civil e rodoviária, auxiliada pelo corpo de Fuzileiros Navais, concluiu na madrugada do dia 14/10/12 a ocupação das favelas de Manguinhos, Jacarezinho, Varginha e Mandela, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Fuzileiros navais e blindados da Marinha abriram caminho para a ocupação, removendo barricadas que os traficantes haviam erguido para dificultar o acesso. Após a entrada deste contingente, policiais do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (Bope) ocuparam as comunidades de Manguinhos, Mandela 1 e 2 e Varginha, enquanto o Jacarezinho foi ocupado pela Polícia Civil. As operações ocorreram em cerca de 20 minutos. Apesar dos traficantes soltarem fogos de artifício e incendiarem sofás, madeira e lixo para retardar o avanço das forças de ocupação, não ocorreram confrontos ou disparos. De acordo com os jornais, a operação para pacificação das favelas, que ficam ao longo de uma das principais linhas de tráfego da cidade, a Linha Amarela, e próxima a outras duas importantes rotas de trânsito, a Avenida Brasil e a Linha Vermelha, faz parte do projeto de segurança voltado aos megaeventos esportivos que a cidade deve receber nos próximos anos. O plano ainda inclui a instalação de duas Unidades de Polícia Pacificadora na região até janeiro de 2013. (*Correio Braziliense* – Brasil – 15/10/2012; *O Estado de S. Paulo* – Metrôpole – 15/10/2012)

7- EMBRAER aposta em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia para ganhar mercado de Defesa

Segundo notícia publicada no periódico *O Estado de S. Paulo*, a Empresa Brasileira de Aviação (EMBRAER) planeja totalizar investimentos em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia em cerca de 450 milhões de dólares até o final do ano de 2012. A empresa conta com aplicações modernas, como o Centro de Realidade Virtual (CRV), sistema que permite aos engenheiros realizar testes simulados e ter visões tridimensionais dos projetos, alcançando avanços importantes, sobretudo no tempo de desenvolvimento. Os principais projetos de inovação da empresa estão voltados para a área militar, através da ação de sua coligada, a Embraer Defesa e Segurança (EDS). O principal projeto em desenvolvimento é do cargueiro e reabastecedor de combustível KC-390, uma aeronave que pode levar até 20 toneladas de carga, tropa equipada e blindados, sendo o único jato oferecido na sua classe, de cargueiros médios. O setor, segundo o presidente da EDS, Luiz Aguiar, conta com a encomenda de 700 aeronaves até 2025, representando um montante de 50 bilhões de dólares. Outro sucesso já consolidado da empresa é a aeronave A 29- Super Tucano, que conta com sete países como clientes, e possui um inovador sistema de navegação embarcado, equivalente ao dos pesados caças supersônicos, mas custos bem mais baixos de operação, uma vez que se trata de um avião turboélice. A hora de voo do Super Tucano, por exemplo, custa cerca de R\$1.500, valor seis vezes menor que a de um caça supersônico. Por ser a única aeronave leve de combate com comprovada capacidade contrainsurgente, testada nas selvas colombianas, o Super Tucano está na frente da licitação promovida pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, visando a aquisição de 20 aeronaves para a missão no Afeganistão, negócio que pode render 355 milhões de dólares à EMBRAER, e até 1 bilhão se houver a decisão do governo estadunidense de usar a aeronave na aviação do país. (*O Estado de S. Paulo - Economia - 15/10/2012*)

8- Comissão da Verdade recomenda que sedes de órgãos de repressão sejam transformadas em memoriais

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a Comissão Nacional da Verdade recomendou aos governos dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro que transformem os prédios usados como sede de órgãos de repressão durante o regime militar (1964-1985) em memoriais. Na cidade de São Paulo estão imóveis onde funcionaram o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi) e a Auditoria da Justiça Militar. No Rio de Janeiro, o Doi-Codi e o Departamento de Ordem Política e Social (Dops). (*Correio Braziliense – 17/10/12*)

9- Documentos apontam a participação do coronel Ustra em sequestro de ex-marinheiro e militante da esquerda

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo* do dia 17/10/12, procuradores do Ministério Público Federal (MPF) encontraram arquivos que provam que o ex-marinheiro e militante da esquerda Edgard de Aquino Duarte esteve preso

durante o regime militar (1964-1985). Duarte pertence à lista de mortos e desaparecidos no período, e autoridades militares sempre negaram que ele tivesse permanecido sob sua guarda. O documento, que estava no Arquivo Público do estado de São Paulo, consiste numa ficha elaborada pelo 2º Exército e foi encontrado junto de outros papéis do Departamento de Ordem Política e Social (Dops). De acordo com o documento, Duarte teria sido detido em 13/06/1971 e permanecido encarcerado por dois anos, até seu desaparecimento em junho de 1973. Alguns presos políticos da época, que declararam ter convivido com Duarte no cárcere foram ouvidos, e afirmaram que Duarte sabia que iria morrer. Foi possível identificar também, de acordo com o *Estado*, o *Correio Braziliense* e a *Folha de S. Paulo*, uma congruência entre as trajetórias de Duarte e do ex-marinheiro José Anselmo dos Santos, que “entrou para a história como delator de militantes da esquerda armada”. De acordo com o *Estado*, Santos e Duarte eram amigos de militância, fugiram para o exterior, e, ao voltarem ao Brasil, se distanciaram. Duarte trocou de nome e passou a trabalhar como corretor na Bolsa de Valores e Santos partiu para a luta armada. Em 1971, pouco antes de ser detido e convencido a se infiltrar nas organizações da esquerda, Santos morou no apartamento de Duarte. Os procuradores acreditam que se trata de um caso de sequestro, que por ser considerado um crime continuado, não estaria abarcado pela Lei da Anistia (1979) e que, portanto, permitiria que os responsáveis fossem levados à Justiça. Contudo, é sabido que essa visão sobre a abrangência da Lei ainda é controversa e discutida nos meios jurídicos. De acordo com o *Correio*, o *Estado* e a *Folha* do dia 18/10/12, o coronel da reserva Carlos Alberto Brilhante Ustra foi acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) pelo desaparecimento de Duarte durante período do regime militar. Segundo o *Correio*, Ustra teve o auxílio de dois delegados da Polícia Civil paulista para a realização do sequestro de Duarte que, de acordo com o *Correio* e a *Folha*, não possuía, na época, qualquer envolvimento político contra o regime. Duarte foi levado, no ano de 1971, para o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) e lá desapareceu. Os jornais afirmaram que, como não se tem registro do paradeiro de Duarte, o MPF está acusando Ustra baseado na tese de sequestro continuado. Os periódicos acrescentaram que Ustra comandou o DOI-Codi entre os anos de 1970 e 1974. O *Correio* afirmou que “dos 64 sequestros atribuídos a agentes da ditadura, em São Paulo, mais de 40 foram de responsabilidade do destacamento, segundo o Ministério Público Federal”. Segundo o *Correio* e o *Estado*, juntamente com o ex-coronel, que é acusado de comandar as atividades de tortura, estão respondendo a processos os delegados Carlos Alberto Augusto e Alcides Singillo. O MPF ainda “acusou Ustra pelo sequestro do sindicalista Aluísio Palhano, também em 1971, mas a Justiça não aceitou a denúncia”, recorrendo da decisão. (*Correio Braziliense* – 18/10/12; *Folha de S. Paulo* – Poder 18/10/12; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 17/10/12; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 18/10/12)

10- Comissões pedem a revisão do processo de demissão de professora da USP, desaparecida durante regime militar

De acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a Comissão da Verdade

de São Paulo dirigiram um documento ao reitor da Universidade de São Paulo (USP), João Grandino Rodas, e ao diretor do Instituto de Química, Fernando Rei Ornellas, requisitando a revisão do processo de demissão da docente Ana Rosa Kucinski, no ano de 1975, por abandono de emprego. Kucinski era professora do Instituto de Química e militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) e desapareceu no centro da cidade de São Paulo em 22/04/1974 quando estava comemorando o quarto aniversário de casamento com seu marido, Wilson Silva, segundo o livro *Direito à Memória e à Verdade*, da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos. O ex-delegado de polícia e ex-agente do Serviço Nacional de Informação (SNI), Cláudio Guerra, disse que Kucinski foi assassinada na Casa da Morte em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, tendo seu corpo incinerado nos fornos de uma usina de açúcar. Segundo a *Folha*, o membro da Comissão paulista, deputado estadual Adriano Diogo, apresentou um relatório, datado de 1981, produzido pela Marinha que afirma que Kucinski “teria sido tirada de circulação pela CIA [o serviço secreto americano], que tinha conhecimento da militância da mesma em organizações esquerdistas no Brasil e de seu trabalho em prol de Israel. (...) Por essa versão, Ana Rosa, de origem judaica, seria um ‘agente triplo’: esquerdista, agente da CIA e informante do serviço secreto israelense”. Tal relatório ainda incluiu que Kucinski enviava para Israel informações sobre os avanços da tecnologia nuclear no Brasil. Diogo e o irmão de Kucinski, o jornalista e ex-professor da USP, Bernardo Kucinski, consideraram as informações divulgadas pela Marinha como difamadoras da imagem de Ana Rosa. A *Folha* e o *Estado* destacaram que, em 1995, o então reitor da USP, Jacques Marcovitch, reverteu a decisão anterior e passou a considerá-la oficialmente desaparecida política. Porém, segundo o *Estado*, a CNV pediu que fosse feita a revisão pública da decisão pelo Instituto de Química. A *Folha* ainda mencionou que esta foi a primeira atuação conjunta das duas comissões e que “47 uspianos foram mortos por suas atividades de oposição ao regime militar”. (Correio Braziliense – 18/10/12; Folha de S. Paulo – Poder 18/10/12; O Estado de S. Paulo – Nacional - 19/10/12)

11- Ex-ministro critica a interpretação da Lei da Anistia

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, em discurso proferido durante um colóquio sobre justiça de transição no dia 17/10/12, o ex-ministro Paulo Vannuchi, que chefiou a Secretaria de Direitos Humanos no governo de Luis Inácio Lula da Silva, afirmou que “um dos maiores erros da história do Supremo Tribunal Federal foi cometido em 2010, no julgamento sobre a interpretação da Lei da Anistia de 1979”. Na ocasião, a corte manteve a interpretação de que a lei beneficiou os dois lados, tanto os agentes do Estado quanto os perseguidos políticos que cometeram violações de direitos humanos durante o regime militar (1964-1985). Segundo o *Estado*, no fim de seu discurso, Vannuchi mencionou “ter esperanças de que o Brasil acabe acatando a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos”, uma vez que esta considera imprescritíveis crimes contra os direitos humanos e não tolera formas de autoanistia que, de acordo com o periódico, se encaixa no caso da Lei brasileira por ter sido promulgada ainda durante o período do regime militar. O ex-ministro ainda se mostrou esperançoso quanto à punição dos responsáveis pelas mortes e torturas ocorridas durante o regime, dizendo “que isso será

inevitável após a divulgação do relatório da Comissão Nacional da Verdade, em 2014”. Vannuchi mencionou que a punição pode ser feita de forma simbólica, sendo importante que “nas prisões, diante da possibilidade de torturar alguém, os policiais de hoje lembrem que crimes de tortura cometidos há 40 anos foram punidos”. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/10/12)

12- Tese do domínio do fato, utilizada no julgamento do caso do mensalão, pode ser aplicada a militares acusados de violações de direitos humanos no regime militar

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a tese jurídica do domínio do fato, utilizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do mensalão, pode ser empregada contra os militares acusados de violações de direitos humanos durante o regime militar (1964-1985). O advogado do coronel da reserva Carlos Alberto Brilhante Ustra, Paulo Alves Esteves, admitiu a possibilidade de aplicação da tese do domínio do fato para o caso do coronel, que comandava o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) de São Paulo, entre 1970 e 1974, e que afirma desconhecer os atos de violência que lá ocorriam. Esteves acredita que o STF agiu de forma correta ao aplicar a tese ao caso do mensalão e afirmou que a mesma já faz parte da cultura jurídica e citou como exemplo a responsabilidade objetiva, pertencente à área do direito civil. Ainda de acordo com Esteves, no caso de Ustra e seus comandados, a função destes era de instruir processos para a Justiça Militar e, além disso, estes não podem ser punidos por causa da Lei da Anistia de 1979. (O Estado de S. Paulo – Nacional -19/10/12)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestre em Relações Internacionais)
Ana Paula Silva (Supervisora, mestre em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC), Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em

Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Tamires Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista FAPESP).